

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA (BRASIL -SP - SÉCULOS XVIII-XIX)

Prof. Dr. Mário Danieli Neto  
Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)  
Instituto de Ciências Humanas e Letras  
e-mail: [mariodanieli@uol.com.br](mailto:mariodanieli@uol.com.br)

**Resumo:** A trajetória histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Sorocaba (SP) foi uma das mais longas quando se trata de empreendimentos públicos no Brasil. Seu desenvolvimento remonta ao final do período colonial e estende-se até os anos finais do século XIX, com muitas contramarchas, interrupções em suas atividades, retomada de investimentos ao longo de mais de um século de funcionamento. Esteve em todo este período sob o olhar do Estado imperial, ora vista como excessivo peso aos cofres públicos, ora apontada como solução modernizadora para o país. No decorrer de suas atividades, a Fábrica contou em vários períodos com trabalhadores escravos em seus quadros. Após a Lei de 1831, o contingente de africanos desembarcados ilegalmente no Brasil compôs uma categoria de trabalhadores *sui generis* na Fábrica: os africanos livres e após a Lei do Ventre Livre (1871) seus antigos escravos receberam a denominação de *libertos*. Esse aspecto referente ao emprego de escravos nos serviços da empresa será discutido como forma de mostrar a importância desse grupo de trabalhadores para as atividades de produção e manutenção da companhia. Estudar a história da Fábrica em sua perspectiva empírica e teórica é o propósito deste trabalho. A análise que submeto ao debate acadêmico, pautada nas discussões sobre os conceitos de pré-indústria e proto industrialização pode fornecer novas perspectivas sobre a longa história desta empresa.

Palavras-chave: Fábrica de Ferro S. J. Ipanema – pré-indústria/proto-industrialização – escravidão e indústrias.

**Abstract:** The history of the iron factory São João de Ipanema (Sorocaba - SP) was one of the longest when it comes to public enterprises in Brazil. Its development dates from the late colonial period and extends until the final years of the nineteenth century, with many setbacks, interruptions in their activities, resumption of investment over more than a century of operation. Was this whole period under the gaze of the imperial state, sometimes seems as excessive weight to public coffers, or identified as the solution for modernizing the country. In the course of its activities, the plant has at various times with slave laborers in their labor force. After the Act of 1831, the number of Africans landed illegally in Brazil composed a *sui generis* category of workers in the factory: the free Africans and after the Law of Free Birth (1871) the slaves were given the name of freedmen. This aspect refers to the employment of slaves in the company's services will be discussed as a way of showing the importance of this group of workers for production activities and maintenance of the company. Studying the history of the Plant in its theoretical and empirical perspective is the purpose of this work. The review that I submit to the academic debate, based on discussions on the concepts of pre and proto-industrialization can provide new perspectives on longstanding history of this company.

Keywords: S. J. Ipanema iron factorys – proto-industrialization - slavery and industries.

## 1. Alguns apontamentos sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema

### 1.1 - Primórdios

As primeiras tentativas de prospecção de minério de ferro na região do atual município de Sorocaba remontam ao final do século XVIII. As notícias sobre jazidas de ferro no morro conhecido como Araçoiaba ou Biraçoiaba foram colhidas a partir de 1765. Data importante para as plagas paulistas, pois remete ao retorno do controle administrativo da capitania por São Paulo, após vários anos sob administração do governo português no Rio de Janeiro. Data dessa época as incipientes iniciativas para a montagem de uma fundição de ferro que pudesse aproveitar a abundância do minério naquela localidade. Relatos do período apontam para a importância estratégica do investimento na implantação de uma fábrica de ferro no morro de Araçoiaba, mostrando a preocupação de alguns administradores em fomentar tal posição junto ao governo português (Vergueiro, 1979:1-7).

Por volta de 1775, as primeiras amostras de ferro fabricadas naquela localidade foram enviadas ao Marquês de Pombal pelo governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. A partir desse marco, as atividades para erguer a Fábrica foram iniciadas com a construção dos prédios principais e das oficinas de fundição. O método de fundir ferro ainda era bastante rudimentar, consistindo em algumas poucas etapas de transformação do minério (Müller & Oliveira, 1990). Mesmo assim, presumia-se que a empreitada poderia ser de grande importância para a consolidação do domínio português ao sul da colônia, região que naquele período era objeto de disputas acirradas entre portugueses e espanhóis, as vezes com escaramuças pela posse do território (Bellotto, 1979).

As fontes documentais disponíveis até o momento e a bibliografia sobre a Fábrica Ipanema não revelam informações significativas para este período da história do estabelecimento. Apenas alguns relatos demonstram a preocupação do governo português em viabilizar o projeto e o funcionamento da Fábrica constituindo uma sociedade por ações com proprietários de terras locais. Ao que parece, tal solução embora pudesse ser vantajosa para os cofres da Coroa Portuguesa, mostrou-se, na verdade, um entrave de difícil superação. Os acionistas aventados pelo governo de Portugal para levar adiante o empreendimento mostraram-se relutantes em investir seus cabedais em uma empresa tão arriscada para a época, preferindo inverter seus recursos na produção de gêneros agrícolas (Vergueiro, 1979). O fato mais relevante é que em 1785, o Alvará Régio que proibia qualquer tipo de manufatura nas colônias portuguesas teve impacto fulminante em Ipanema (Vergueiro, 1979; Novais, 2005:61-82). As atividades da nascente companhia foram encerradas por força do alvará que

impedia a colônia de produzir artigos manufaturados que pudessem concorrer com os produtos portugueses no mercado da colônia. Embora a falta de documentos e informações sobre esse período seja grande, sabe-se que o Alvará levou à completa dispersão dos recursos financeiros e materiais que pertenciam a Fábrica. As terras foram ocupadas por pequenos agricultores de cana, implementaram-se alguns engenhos para fabricação de açúcar, parte dos equipamentos que pertenciam à Fábrica foram também tomados por particulares e os escravos que pertenciam ao quadro de trabalhadores da empresa acabaram espalhando-se pelos engenhos e fazendas vizinhas (Vergueiro, 1979).

## 1.2 - O período 1810 – 1821.

Revogado o Alvará de 1785 pelo Rei D. João de Portugal, que chegara ao Brasil em 1808, é provável que este período tenha sido um dos mais movimentados da Fábrica de Ferro Ipanema. Vergueiro faz uma descrição bastante detalhada das administrações que estiveram a frente do empreendimento e mostra a lenta evolução de suas atividades produtivas, com a incorporação de novos equipamentos e a chegada de alguns técnicos europeus para auxiliarem nas tarefas de refino de ferro (Vergueiro, 1979:10-11). Cumpre lembrar o contexto histórico muito agitado dessa época, após o desembarque da corte portuguesa à sua colônia americana e as profundas mudanças decorrentes deste fato (Alencastro, 2000).

Na historiografia sobre a Fábrica Ipanema há uma lacuna que corresponde praticamente ao período que vai da Coroação de D. Pedro I como Imperador do Brasil independente (1822) até sua abdicação em 1831. Apenas em 1834, algumas fontes mencionam novamente o esforço governamental para levar em frente a produção em Ipanema. Esse “vácuo histórico” entre 1821 e 1834 foi percebido pelo historiador Nilton Pereira dos Santos que levanta a hipótese de que o vazio de informações sobre esses anos pode ser explicado pelas fontes que os historiadores que se debruçaram sobre o assunto fizeram uso (Santos, 2009:36). Ou seja, como a maior parte das fontes utilizadas e que se encontram publicadas, não tratam do primeiro reinado, há uma ausência de análises relevantes sobre esse período. Propõe Santos a retomada de fontes ainda não publicadas, como ofícios, relatórios, memorandos da fábrica, trocados com outras instâncias governamentais que possam revelar como foi o funcionamento da Fábrica durante o turbulento governo de D. Pedro I.

## 1.3 - O período 1834-1860

Segundo Baddini, a última grande investida para aumentar a produtividade da fábrica ocorreu em 1838, quando o major João Bloem, diretor da companhia, arregimentou maquinário e mais 227 operários provenientes da Alemanha. Os resultados foram desastrosos, sendo que a maior parte dos trabalhadores trazidos de fora deixou a fábrica um ano depois de sua chegada. (Baddini, 2002)

Em 1857, sabe-se por meio do relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo ministro da Guerra Jeronymo Francisco Coelho que a situação da fábrica era deplorável. Os edifícios, oficinas, máquinas, fornos, etc., encontravam-se todos sem condições de uso e deteriorados. Além disso, a receita era extremamente limitada e as despesas excediam em muito o capital gerado pela fábrica. A produção estava praticamente paralisada devido a falta de recursos naturais, especialmente as matas de onde se extraía o combustível para os fornos. (Relatório..., 1858:8-10).

As imensas dificuldades de Ipanema levaram ao encerramento de suas atividades no ano de 1860 pelo aviso de 27 de janeiro. Embora o aviso estipulasse que os trabalhos de conservação dos edifícios e manutenção de máquinas deveriam permanecer ativos. Porém, tal medida não foi cumprida e a fábrica foi praticamente desmontada, suas máquinas e escravos enviados para Mato Grosso e os edifícios tornaram-se rapidamente ruínas devido a falta de cuidados. (Notícia sobre a criação..., 1871: 25-6).

#### 1.4 - O período 1870 – 1895

Nos anos 70 do século XIX, a Fábrica Ipanema retomou, lentamente suas atividades tentando reorganizar a produção de ferro. Na realidade, desde 1865 a Fábrica havia retornado a funcionar, mas o estado deficitário dos prédios, máquinas, fornos e a falta de mão-de-obra atrasaram bastante o início dos trabalhos. Houve a necessidade de exigir o retorno de escravos pertencentes à fábrica e que estavam sob posse de terceiros desde 1860. O novo diretor, o capitão de engenheiros Dr. Francisco de Souza Mursa também postulou ao governo os recursos necessários para consertar o maquinário danificado e trazer novos equipamentos, reformar edifícios, estudar as formas de melhorar os caminhos para escoar a produção, além de várias outras medidas para pôr em funcionamento novamente o estabelecimento de Ipanema. (Notícia sobre a criação..., 1871: 27).

Por volta de 1870, a fábrica ainda encontrava-se em fase de reconstrução de seus edifícios e a produção começava a ser retomada lentamente. No entanto, nas palavras do ministro da guerra, Visconde do Rio Branco, Ipanema continuava a ser um pesado ônus aos

cofres públicos e ressalta velhos problemas de infra-estrutura: carência de pessoal, equipamentos deteriorados ou ausentes e escassez de matas para fornecer combustível. Quanto a mão-de-obra, apesar das reclamações de que era em quantidade insuficiente, havia em 1870 65 “escravos da nação” a serviço da fábrica, sendo 46 homens e 19 mulheres. (Relatório..., 1871: 24-6).

Em 1871, a receita da fábrica alcançou 48:921\$118 réis enquanto sua despesa foi orçada em 48:924\$118 réis, perfazendo um prejuízo pequeno face ao que se observou em décadas anteriores. Porém, a maior parte da receita compunha-se de aportes feitos pelo governo imperial. As vendas dos produtos da fábrica representavam pouco menos de 1,5% da receita total.

Durante a década de 1870, a companhia seguiu seu caminho oscilando períodos de maior atividade e estagnação produtiva. Em 1877, a administração da Fábrica São João de Ipanema deixou de ser subordinada ao Ministério da Guerra e passou a vincular-se ao Ministério da Agricultura. (Relatório..., 1878: 27). Em seu primeiro relatório como responsável pela Fábrica Ipanema, o Ministro da Agricultura João Lins Vieira Cansansão descreve que sua primeira providência quanto ao estabelecimento fabril foi realizar uma visita ao local, conversar com seu diretor e avaliar as condições estruturais e financeiras da fábrica. Constatou que o preço dos produtos era elevado, não obstante a “*excelente qualidade*”, o que justificaria maior valor face aos artigos similares encontrados no mercado interno.

No entanto, a principal causa para os preços mais altos encontrava-se, segundo o Ministro, na dificuldade de transporte que começava desde a extração do minério até sua chegada aos fornos, passando, claro, pelo escoamento dos produtos finais partindo-se da fábrica até a estação da Estrada de Ferro Sorocabana.

De acordo com Baddini, a reorganização da produção de ferro em Ipanema a partir de 1865 foi favorecida anos mais tarde, em 1879, pela inauguração do ramal da estrada de ferro Sorocabana que ligaria a fábrica diretamente com a capital da província. (Baddini, 2002: 121).

Na verdade, ao adentrar a década derradeira da escravidão no Brasil, Ipanema apresentou performance não muito animadora, apesar de esforços realizados pelo zeloso diretor Joaquim de Souza Mursa em modernizar sua base produtiva e incrementar as receitas da fábrica. Ao contrário do que sugere Baddini, a questão dos custos de transportes permanecia sem solução efetiva e os obstáculos causados pela precariedade e custo elevado dos fretes eram um obstáculo ainda a ser superado. (Relatório..., 1886:8.).

Nos anos que se seguem a 1886, a fábrica seguiu sem grandes novidades quanto a possíveis melhoras em suas condições físicas, mas principalmente, quanto aos seus problemas

financeiros. Nos anos iniciais do período republicano, Ipanema resistia, mas mostrava sinais de esgotamento. Em 1892, volta sua administração a ser subordinada ao Ministério da Guerra permanecendo sob os cuidados desta pasta até 1895. Neste mesmo ano, Ipanema passa a ser responsabilidade do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, sendo que suas atividades foram encerradas em definitivo, constando uma dívida cujo montante alcançava 750 contos de réis para o período 1888 a 1895. (Introdução ao Relatório..., 1897:134-5).

## **2. Pré-indústria, protoindustrialização: uma breve discussão teórica.**

As marchas e contramarchas que marcaram a história da Fábrica de Ferro São João de Ipanema demonstram claramente as dificuldades de manutenção das atividades desenvolvidas por essa empresa ao longo de sua trajetória, em especial durante o século XIX, período em que sua consolidação como investimento governamental estava concretizada.

Mesmo com aportes de capital público a companhia apresentava nos poucos e precários balanços que chegaram até nossa época, constantes déficits de caixa que eram atribuídos a ausência ou redução de seus recursos materiais, principalmente máquinas, equipamentos e prédios adequados para a produção de ferro. Acrescente-se a esses problemas a falta de mão-de-obra, pequena presença de técnicos experimentados para os serviços fundamentais como refinação e modelagem do ferro e tem-se um quadro bastante complexo acerca do funcionamento da empresa.

Mesmo assim, ao que parece, a presença estratégica da companhia era um fator que pesava em sua manutenção como parte do investimento do governo imperial. Como foi dito anteriormente, do ponto de vista geográfico, a localização das minas de ferro e da companhia em área que era tradicionalmente entroncamento de tropas de mulas estimulava a ocupação de terrenos próximos a fábrica e poderia servir como forma de escoar a produção. Por sua vez, do ponto de vista econômico, desde seus primórdios, a Fábrica foi vista por alguns entusiastas da indústria como um primeiro passo rumo ao progresso técnico do país.

As terras que pertenciam à Fábrica Ipanema possuíam uma variedade de recursos essenciais ao funcionamento da companhia e à produção de ferro. A manutenção dos trabalhadores, em especial, do contingente escravizado pertencente à companhia era feita em grande parte pelas roças de alimentos que eram plantadas e mantidas pelos próprios escravos que ali trabalhavam. Havia também criação de animais, gado vacum para alimentação e muares para transporte dos artigos produzidos nas oficinas. Ainda compunham o patrimônio da fábrica as terras e matas das quais se extraía a madeira para a construção dos edifícios das

oficinas e, mais importante, para a queima nos alto-fornos que derretiam o minério junto com outros produtos para fabricação de ferro em barras. Os recursos hídricos também eram essenciais e por isso mesmo, a Fábrica foi erigida nas proximidades do Rio Ipanema. Por volta de 1811, sob administração de Hedberg foi erguida uma barragem, talvez a primeira construída em solo brasileiro, para fornecimento de energia hidráulica para movimentar as máquinas da companhia.

Essas são características bastante comuns das manufaturas e fábricas durante o século XIX, e revelam a importância de uma época em que esses empreendimentos avançavam em uma direção ainda incerta, pois não era possível, para a época, ter absoluta certeza de que a indústria em moldes capitalistas pudesse sobrepujar a agricultura, ainda mais tratando-se de um país como o Brasil do século XIX, cuja economia e sociedade fundavam-se na produção agrícola de gêneros de exportação e abastecimento e no trabalho escravo.

Neste ponto, torna-se necessária a discussão sobre atividades fabris num período denominado pré-industrial ou proto-industrial<sup>1</sup>.

É necessário tentar distinguir pré-indústria e proto-industrialização como conceitos explicativos. Não há consenso entre qual termo se aplica corretamente à formas específicas de produção fabril anteriores à Revolução Industrial na Europa. Uma primeira aproximação pode ser observada em Braudel, ao tratar do tema capitalismo e pré-indústria (Braudel, 1996). Este autor visa dirimir qualquer tipo de confusão ao diferenciar o significado que o termo indústria adquiriu ao longo da história (trabalho, atividade, habilidade). Ao aproximar-se do século XVIII, indústria confunde-se com “arte”, “manufatura”, “fábrica” para, somente no século XIX incorporar o significado atribuído ao termo indústria até os dias atuais, qual seja, a noção de grande indústria. Na realidade, Braudel utiliza o termo pré-indústria de modo muito geral (como ele próprio afirma: “*embora a palavra não nos agrade muito*”), não obstante empregar o termo indústria em várias outras ocasiões, pois para ele, não é possível haver nenhuma confusão, visto o período histórico que analisa ser anterior à invenção da máquina a vapor e outros inventos que marcaram presença durante a Revolução Industrial e em especial, por tratar-se de épocas anteriores ao século XIX e o predomínio da grande indústria.

Em que se baseia então, a pré-indústria analisada por Braudel? Essencialmente, se caracteriza primeiramente pela aproximação com a agricultura, não havendo mesmo “divórcio” entre uma atividade e outra. Até pelo menos o século XVIII, as fronteiras entre o

---

<sup>1</sup> Proto-industrialização e pré-industrialização não são sinônimos e existe uma certa polêmica quanto ao emprego dessas categorias para o caso do Brasil no século XIX. As observações a seguir têm como objetivo discutir as questões em torno deste problema.

trabalho agrícola e o trabalho “industrial” não são nem um pouco nítidas (Braudel, 1996, p. 265).

Braudel salienta a instabilidade dos empreendimentos artesanais mais ligados às cidades. Mas também as indústrias sofrem com o constante deslocamento da mão-de-obra em busca de melhores condições de trabalho e vida. Assim, as localizações da pré-indústria européia até o século XVIII são instáveis e tal fato se reflete mais claramente na troca entre campo e cidade desde o século XVI. A pré-indústria abre novas possibilidades econômicas e, em momento de depressão ou colheitas desfavoráveis, o recurso é o retorno ou retomada mais intensa da atividade artesanal ou pré-industrial. Uma outra característica marcante da pré-indústria européia dos séculos XVI ao XVIII é o denominado *Verlagssystem*, ou *putting out system* sistema em que o mercador é a peça principal, determinando aquilo que será produzido, adiantando parte dos salários, fornecendo a matéria-prima necessária ao artesão, praticamente dominando a produção (Braudel, 1996, p. 277).

Por sua vez, o conceito de proto-industrialização tem sido empregado em sentido mais restrito, sendo integrante de uma corrente de estudiosos, em sua maioria europeus, que buscam os fenômenos que explicam o surgimento de atividades industriais anteriormente ao desenvolvimento de uma economia capitalista nos séculos XVIII e XIX. Tal concepção foi inicialmente elaborada e depois refinada pela denominada “Escola de Göttingen” (Oliveira, 1987).

Os estudos sobre proto-industrialização remontam à década de 1970, concentrando-se em análises sobre a Europa. Basicamente, as teorias sobre proto-industrialização pretendem contribuir para a compreensão do período de transição do feudalismo para o capitalismo, marcado principalmente, pelo surgimento das chamadas manufaturas. Uma definição genérica do termo foi apresentada por Ogilvie e Cerman e aponta o período proto-industrial como uma época em que ocorre um aumento no número de indústrias voltadas para o mercado doméstico, localizado geralmente entre os séculos XVI e XIX, sendo que, na maioria dos casos, mas contando com algumas exceções, tal desenvolvimento se deu em áreas rurais, com estreito relacionamento com as atividades agrícolas, e quase sempre, com pouca tecnologia e sistema de produção descentralizado (Ogilvie & Cerman, 1996:1).

No entanto, o termo proto-industrialização surgiu a partir do trabalho de Franklin Mendels publicado em 1969 sobre a indústria flamenga e depois em um artigo bastante difundido escrito em 1972 pelo mesmo autor. Para Mendels, a proto-industrialização é a primeira fase da industrialização. Nesta fase, a força de trabalho rural envolve-se com as indústrias domésticas produzindo para mercados supra-regionais. Embora tenha estudado



especificamente as condições de industrialização de Flandres, Mendels buscou generalizar sua análise para outras áreas da Europa, onde a lassidão das relações feudais de produção e a diminuição das regulações das guildas e corporações de ofício, permitiram o surgimento das manufaturas baseadas no trabalho doméstico (Ogilvie & Cerman, 1996:1).

Outros historiadores então, passaram a se interessar pelo tema e surgiram novas abordagens ainda na década de 1970. Para alguns autores deste período, a proto-industrialização representou também uma “revolução demográfica” nas áreas onde ocorreu o fenômeno. Posteriormente, pesquisadores alemães e ingleses intensificaram o debate, em especial, após a publicação, em 1977 de um trabalho conjunto de Kriedte, Medick e Schlumbohm. (Ogilvie & Cerman, 1996:3). A evolução das teorias sobre a proto-industrialização na Europa recebeu ainda importante contribuição em 1982, com o estudo de Deyon e Mendels que definiu algumas características marcantes do fenômeno, as quais influenciariam muito o debate posterior, em especial, no que se refere a importância dos estudos regionais para a compreensão do fenômeno. (Ogilvie & Cerman, 1996:5-6).

Essas idéias sobre a proto-industrialização européia, embora tivessem significado um importante campo de pesquisas para esclarecer problemas da fase de transição do feudalismo para o capitalismo, também sofreram, em anos posteriores, muitas críticas. Algumas dessas críticas mostram, por exemplo, que os estudiosos da proto-industrialização não definem claramente qual foi o papel desempenhado pelos mercados de exportação para as proto-indústrias. Críticas também dirigiram-se ao fato das teorias sobre proto-industrialização negligenciarem outras formas de produção industrial, concentrando atenção somente nas indústrias domésticas e rurais e ignorando, por exemplo, manufaturas urbanas cuja produção era direcionada para mercados de exportação e manufaturas com produção centralizada.

Mais importantes, talvez, sejam as críticas que põem em questão o papel da proto-industrialização em toda a Europa, mostrando que em muitos casos, essa fase de evolução industrial simplesmente não ocorreu, como por exemplo, na Inglaterra, onde as estruturas de comercialização e desenvolvimento capitalista encontravam-se mais adiantadas que em outras partes do continente. Além disso, críticas foram direcionadas ainda à falta de atenção em relação aos mercados urbanos, ao conceito de “região” como fundamental para a proto-industrialização e também as posições que relacionam de modo intrínseco proto-industrialização e crescimento demográfico. (Ogilvie & Cerman, 1996:7-11).

Alguns outros problemas, analisados pelos historiadores que se debruçaram sobre o tema proto-industrialização são relevantes. Por exemplo, o papel da estrutura social como elemento de interpretação das tensões entre a evolução das atividades industriais, as

resistências encontradas no meio social e até que ponto as instituições sociais pesam em alguns casos de proto-industrialização. Tal idéia tem se tornado fundamental nos estudos sobre o tema na Europa, pois traz à tona a diversidade regional que em muitos casos, distingue processos aparentemente semelhantes de proto-industrialização, mas que seguiram rumos distintos em algum ponto (casos de desenvolvimento industrial e casos de regressão das atividades fabris). Neste sentido, tomando-se por base a definição por Ogilvie, se compreende como instituições sociais todo o conjunto de regras e práticas estabelecidas pelas quais as pessoas organizam suas atividades econômicas, sociais, demográficas, políticas e sociais. (Ogilvie & Cerman, 1996: 24).

Entretanto, todos estes elementos sofreram variações, marchas, interrupções conforme cada região da Europa que se estuda, sendo impossível, portanto, generalizar conclusões. Não obstante, um importante desdobramento que a análise das instituições sociais aponta é que, contrariando a teoria original (cujo argumento central era que a proto-industrialização destruiu os obstáculos do capitalismo, tais como guildas, corporações, privilégios municipais, enfim, as instituições sociais tradicionais), na realidade, as recentes pesquisas empíricas e estudos de caso na Europa não permitem mais tomar absoluta essa hipótese. Há uma quantidade suficiente de casos em que as denominadas instituições tradicionais da sociedade exerceram influência decisiva no processo de proto-industrialização, criando obstáculos difíceis de serem suplantados pelos novos padrões exigidos pelo trabalho proto-industrial. (Ogilvie & Cerman, 1996:25).

No tocante às guildas, por exemplo, alguns historiadores apontam seu papel decisivo para criar barreiras ao desenvolvimento de proto-indústrias na Europa, por força de seus rígidos regulamentos e predomínio sobre a administração das cidades. Seria exatamente pela presença das guildas que as proto-indústrias preferiam afastar-se das cidades e estabelecer suas bases próximas do campo. Uma das críticas mais importantes direcionadas aos teóricos da proto-industrialização é a pouca atenção que têm dispensado às relações entre as proto-indústrias e as áreas urbanas. Na realidade, em alguns casos, a presença de atividades industriais próximas das cidades desenvolveu novas formas de organizações, haja visto que nem sempre corporações e companhias de comércio exerceram poder decisivo nas cidades européias. Outros casos houve em que as proto-indústrias localizadas nas áreas rurais formaram suas próprias guildas, aglutinando trabalhadores de diferentes ofícios (Ogilvie & Cerman, 1996: 31).

Quanto ao papel do Estado moderno e suas relações com a proto-industrialização, as pesquisas desenvolvidas na Europa ainda não responderam as questões mais fundamentais

sobre o problema. O surgimento e organização do Estado moderno europeu variou muito em suas características, profundidade, ações e impactos nos diferentes países europeus desde o século XVI. Em alguns momentos, o Estado foi um eficiente meio de fomento ao avanço das atividades proto-industriais, em outras ocasiões, porém, opôs significativos obstáculos a este avanço. (Ogilvie & Cerman, 1996:37).

Na realidade, a discussão sobre os conceitos de pré-indústria e proto-industrialização, não definem exatamente qual termo seria mais adequado. A resposta talvez esteja em estudos específicos, que considerem a realidade histórica de cada região onde se desenvolveram fábricas em período denominado pré-capitalista. Seria o caso, por exemplo, de se denominar como proto-indústria, as atividades fabris desenvolvidas entre os séculos XVI ao XIX com estreita relação com o setor agrícola e com uma presença significativa nos mercados intrarregionais e mesmo internacionais. As críticas a esta definição, enfatizam a pouca atenção dada por seus teóricos aos casos de indústrias ligadas ao desenvolvimento urbano e próximas das corporações de artesãos.

Exatamente neste ponto, pode ser que se encontre uma distinção entre pré-indústria e proto-indústria. Oliveira, por exemplo, ao analisar o caso da pré-indústria fluminense no século XIX dá preferência a este termo por notar a forte relação que as fábricas fluminenses mantiveram com o setor artesanal urbano, distanciando-se, por conseqüência, das definições de proto-indústria presentes na Europa. (Oliveira, 1987:11).

De início, como foi visto, destaca-se uma distinção entre proto-industrialização e pré-industrialização (termo preferido por alguns pesquisadores da história do Brasil), que serve para demonstrar que as estruturas econômicas e sociais entre a Europa pré-capitalista e o Brasil escravista eram bastante diferenciadas. No Brasil, alguns autores apontam o período denominado pré-industrial entre meados do século XIX (por volta da década de 1850) até cerca de 1930, embora tal periodização não seja significativa na mesma proporção para autores diferentes. Segundo Eulália L. Lobo, o trabalho pioneiro sobre a pré-industrialização no Brasil muito provavelmente seja a coletânea dirigida por Frédéric Mauro (Lobo, 1997). Em um artigo de 1988, Mauro condensa as principais questões em torno da pré-industrialização do Brasil. Destaca-se em sua análise alguns pontos como o papel da economia cafeeira para a expansão das atividades industriais. Mais importante, Mauro mostra como o século XIX, em especial a partir de 1850, foi um período de “rupturas” em oposição a uma possível visão de continuidade que se possa ter do período. No entanto, algumas rupturas ocorreram antes de meados daquele século; basta dar atenção a alguns fatos importantes, como a abertura dos portos em 1808-1810, a implantação de rotas de navios a vapor entre o

porto do Rio de Janeiro e a Europa, entre outros. (Mauro, 1983:733-744).

Com uma abordagem distinta de Mauro, Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira traçou importantes questões em torno do conceito da pré-indústria no Rio de Janeiro. Especificamente, Oliveira refere-se às fábricas fluminenses como formas distintas de produção de bens daquelas que ocorreram na Europa. Ao comparar as estruturas produtivas e as características da indústria fluminense, o autor situa-se no debate entre os conceitos de pré-indústria e proto-industrialização. Na realidade, mesmo o termo pré-industrialização fica impreciso, pois o processo de industrialização é bem mais complexo e pressupõe bases materiais bastante diversas daquelas do período inicial de desenvolvimento industrial de uma região ou país. (Oliveira, 1987)

Oliveira incorpora então as críticas feitas pelos principais autores ao conceito de proto-industrialização, em especial, no tocante ao caráter rural das manufaturas nessa fase, como fizeram alguns estudiosos da proto-indústria européia. Oliveira salienta que, na realidade, essas teorias não explicam os fenômenos industriais urbanos, característica fundamental, segundo o autor, da produção fluminense.

Não obstante, o problema da indústria nascente pode ser observado ainda de outros ângulos. Em artigo profícuo e bem fundamentado, Douglas Cole Libby examina a economia das Minas Gerais no século XIX (Libby, 1996). Contrariamente à tese de Oliveira, propõe Libby deixar claro que houve um período de proto-industrialização na região mineira, entendida como próxima em muitos pontos, das experiências proto-industriais européias dos séculos XVIII e XIX. Libby estuda a indústria têxtil mineira a partir de um conceito ampliado de proto-industrialização, que envolve além das formulações gerais elaboradas nos anos 70, novas concepções e críticas que se desenvolveram posteriormente em torno do problema. Ou seja, fica claro que a extensão do conceito de proto-industrialização permite analisar fenômenos que muitas vezes não são propriamente fases da proto-indústria, mas sim tendências nesse sentido, o que permite ao autor desenvolver a argumentação de que havia uma “variante brasileira ou, mais especificamente, mineira de protoindustrialização”. (Libby, 1996).

A análise desenvolvida por Libby é bastante importante quando comparada aos problemas do trabalho industrial em outras regiões brasileiras. Como foi visto anteriormente, a estrutura produtiva da pré-indústria fluminense pesquisada por Oliveira difere consideravelmente daquela que se desenvolveu em Minas Gerais, demonstrando a importância das condições econômicas e sociais em âmbito regional para o entendimento da complexa evolução pré-industrial ou proto-industrial no Brasil, dado que a presença de

escravos foi um elemento relevante na composição da mão-de-obra nas primeiras atividades manufatureiras. (Libby, 1996:265).

É possível notar as diferenças regionais como um importante componente explicativo desses conceitos para o Brasil, ou seja, ao tomar por base o caso de Minas Gerais, por exemplo, Douglas Libby percebeu uma dinâmica histórica muito próxima do que ocorreu em partes da Europa entre os séculos XVIII e XIX, utilizando para tanto, uma explicação ampliada do conceito de proto-industrialização que incorpora vários desdobramentos realizados por diferentes pesquisadores nas últimas décadas do século XX. Entretanto, a partir dessas diferenças regionais, o estudo de outras províncias brasileiras pode ou não confirmar a existência de processos semelhantes ao descrito por Libby. O caso do Rio de Janeiro é singular, por ser a cidade a capital do império durante o século XIX, o que lhe proporcionou um maior grau de desenvolvimento das atividades manufatureiras. São Paulo, então, pode ser vista de modo um pouco distinto, pois durante a maior parte do século XIX, a província esteve voltada muito mais para atividades agrícolas do que “industriais”, embora a expansão da produção cafeeira tenha favorecido, nas décadas finais dos oitocentos, uma rápida ascensão das manufaturas e mesmo indústrias melhor estruturadas. Não obstante essas especulações, é certo que o tema proto-industrialização ou pré-indústria requer ainda muita pesquisa e trata-se de um campo relativamente novo para os estudiosos da história brasileira.

### **3. Escravos e “africanos livres” na Fábrica São João de Ipanema**

Desde seus primórdios, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema manteve em seus quadros muitos operários escravizados. Nas primeiras tentativas de se estabelecer a produção de ferro nas incipientes oficinas da companhia, sempre houve a presença de trabalhadores cativos. O próprio governo português comprometeu-se em 1810 a fornecer uma centena de escravos de suas propriedades para dar início à produção da empresa (Vergueiro, 1979: 11).

Dentro da lógica da sociedade escravista brasileira dos séculos XVIII e XIX tal experiência parecia absolutamente necessária para o funcionamento do empreendimento. A falta de mão-de-obra especializada em manufatura de ferro causava grandes problemas aos administradores da Fábrica. Em sua trajetória, Ipanema contou com técnicos estrangeiros (alemães, suecos), mas que nem sempre eram versados nas lides do trabalho em metalurgia. (Vergueiro, 1979). Por isso, sempre houve falta de especialistas nas diversas atividades ligadas à produção de ferro, em especial, daquelas que demandavam maior conhecimento técnico, tais como fundição, refino e modelagem do ferro.

A solução encontrada para esse problema talvez tenha sido o aproveitamento e instrução de trabalhadores da própria fábrica nas tarefas mais complexas, algumas envolvendo também atividades de gerenciamento e comando. Por sua vez, a presença de escravos na Fábrica foi uma constante ao longo de sua história e tal fato colaborou para que vários escravos assumissem dentro da Fábrica cargos mais “elevados” do ponto de vista técnico e de supervisão dos trabalhos. Evidentemente, não é possível afirmar categoricamente que os escravos comandavam as tarefas mais complexas, pois tal posicionamento carece ainda de evidências empíricas mais significativas. Contudo, dada a carência de recursos humanos preparados para o trabalho de metalurgia, o aproveitamento de parte do contingente escravizado em tais tarefas foi a solução encontrada.

A problemática do trabalho escravo em fábricas é tema de grande interesse para a historiografia sobre escravidão e, neste ponto, o caso de Ipanema pode trazer mais elementos para um aprofundamento do debate. No Brasil e nos Estados Unidos, a denominada escravidão industrial foi abordada em diferentes aspectos. Não tratarei o problema com detalhes neste trabalho, mas cabe mencionar, como importantes referências para o estudo da temática os trabalhos de Starobin (1970); Goldin (1976); Libby (1988); Soares (2003); entre outros. Trabalhei este tema com pouco mais de detalhes em minha tese de doutorado. (Danieli Neto, 2006).

Focalizando especificamente a Fábrica Ipanema, a discussão do trabalho escravo assume cores bastante intensas quanto aos conflitos estabelecidos entre a administração da companhia e os arranjos elaborados pelos escravos para conquistarem melhores condições de vida. A luta dos escravizados refletia-se de várias maneiras dentro da fábrica. As formas de resistência encontradas faziam parte das relações de poder estabelecidas dentro da companhia. Assim, muitos escravos reclamavam da falta de alimentos e roupas adequadas, especialmente cobertores para as épocas frias.

Tais reivindicações eram feitas diretamente à administração da Fábrica ou até mesmo para a presidência da província. Algumas demandas dos escravos foram feitas por escrito, mostrando a capacidade de organização desse grupo de trabalhadores dentro do estabelecimento fabril. De modo geral, a questão da alimentação era um foco de problemas constante, conforme demonstrou Florence (1996). Outro problema que verificou-se em Ipanema durante o século XIX foi a forte presença dos chamados “africanos livres” após a Lei de 1831. Este grupo *sui generis* provocava conflitos constantes com a administração da empresa. Muitos deles, cientes de sua condição de indivíduos livres e exigindo o cumprimento das promessas de liberdade e posse de terra feitas pelos administradores da

fábrica e pelo governo imperial. Um importante estudo sobre a presença dos africanos livres em Ipanema foi elaborado por Rodrigues e demonstra com clareza os conflitos entre este grupo de trabalhadores no contexto da produção fabril de Ipanema. (Rodrigues, 1998)

Outra forma de resistência encontrada pelos escravos da fábrica eram as fugas. Embora não apareçam com regularidade, a documentação referente a Ipanema demonstra a preocupação de seus administradores em manter ou recuperar escravos fugitivos pertencentes à Fábrica, em especial, aqueles cujos conhecimentos em metalurgia eram mais requisitados. Assim, é caso do escravo Domingos Ramos que no ano de 1823 fugiu da fábrica, segundo o diretor “sem motivo algum”. O diretor da fábrica então escreve para todos os capitães mores das vilas mais próximas, assim como destacou um feitor da fábrica e soldados para darem busca ao escravo evadido. Entretanto, tais diligências não tiveram sucesso e algum tempo depois, soube o diretor que Domingos Ramos fora visto dirigindo-se para São Paulo. Sendo assim, pedia ao governo provincial para que as vilas ao norte de Sorocaba fossem avisadas e o referido escravo capturado e reconduzido ao trabalho “a bem da prosperidade deste estabelecimento”. Menos de um mês depois, tem-se a notícia de que Cipriano Rocha, indivíduo de cor parda, que fora autorizado pelo diretor de Ipanema a dar busca ao escravo Domingos Ramos conseguiu capturá-lo, juntamente com outro escravo de nome Domingos Luna. A apreensão deu-se em São Paulo, e quando Cipriano, sem nenhum auxílio, conduzia os dois prisioneiros, foi atacado nas proximidades de São Roque por dois homens que ele Cipriano acreditava serem “emboabas” e que, com o auxílio de seis “pretos” o agrediram violentamente, deixando-o desacordado e desaparecendo com os escravos. Diz então o diretor da Fábrica que “um dos referidos escravos [Domingos Ramos] faz grande falta a esta fábrica por ser ferreiro hábil e no estabelecimento existem poucos desta oficina”. (Danieli Neto, 2006:)

Por meio do relato acima, fica clara a dependência que a Fábrica tinha de alguns trabalhadores especializados. No caso específico de Domingos, tratava-se de um escravo qualificado, cujos serviços eram essenciais no estabelecimento dada a carência de oficiais desse tipo nos quadros de operários. A presença de escravos em tarefas que exigiam maior habilidade e conhecimento de técnicas de metalurgia revela que em Ipanema parte do contingente cativo era capaz de se instruir nessas atividades e talvez recebesse em contrapartida um melhor tratamento ou mesmo alguma recompensa material, incluindo mais alimentação, roupas ou pequenas quantias em dinheiro como demonstra a solicitação do escravo Custódio feita em 1828 para que a companhia lhe desse licença para se casar e caso tal pedido não fosse atendido, que ao menos lhe dessem um “soldozinho” para melhor

sustentar sua família, pois era viúvo e tinha cinco filhos. Justificava seu pedido por ser um escravo leal e cumpridor de seus deveres dentro da fábrica, que não eram poucos, pois o escravo trabalhava como refinador, moldador, pedreiro e carapina. (Informe ao administrador de Ipanema, 1828).

Percebe-se pela solicitação do escravo Custódio que mesmo os cativos qualificados da Fábrica não eram empregados exclusivamente em ofícios ligados ao preparo do ferro, mas que também exerciam diversas outras funções relacionadas a manutenção dos equipamentos, construção, reformas, limpeza, etc. De qualquer maneira, parece claro que a presença de escravos qualificados em profissões ligadas ao refino e modelagem do ferro era de extrema importância para o desempenho da companhia. Há relatos de administradores que reclamam da falta de braços justamente nessas que eram as tarefas mais importantes da Fábrica causada pela obrigatoriedade dos escravos de receberem os ofícios religiosos fora do perímetro da empresa. Segundo o administrador de Ipanema, a distância da igreja em relação à Fábrica tornava impossível que os escravos participassem das cerimônias religiosas, pois ao se ausentarem para tais atividades deixavam de lado os trabalhos nas fornalhas, *que exigem a assistência efetiva de muitos braços para sua laboração, o que resultaria notável prejuízo a este Estabelecimento*". Por esses motivos, instava o diretor que se obrigasse o capelão a "dizer missa" nos dias santos na própria fábrica, o que evitaria muitos transtornos à produção de ferro. (Informe ao administrador de Ipanema, 1828).

A forte presença de escravos na Fábrica de Ferro São João de Ipanema também fica evidente na relação elaborada pelo Marechal Daniel Pedro Müller em sua estatística demográfica da província de São Paulo datada de 1836. Na ocasião em que visitou Ipanema, Müller coletou informações sobre os escravos da fábrica, descrevendo seus ofícios específicos. Assim, havia naquele ano entre os escravos pertencentes à companhia

*um mestre de fundição, dois oficiais de fundição, três mestres refinadores, cinco oficiais refinadores, três encarregados dos fornos altos, quatro moldadores, dois ferreiros, um pedreiro, sete carpinteiros, três mestres carvoeiros, oito oficiais carvoeiros, três carreiros, três tropeiros, um sapateiro, 24 tiradores de carvão, 18 lavradores. Assim também inclui 32 africanos do sexo masculino e 18 do feminino*". (MÜLLER, 1923).

Vale a pena mencionar que vários desses cativos relacionados nas estatísticas de Pedro Müller aparecem como trabalhadores qualificados em funções de destaque e grande importância para a produção metalúrgica. Quanto aos africanos (50 no total), deve-se recordar que após 1831 ficara proibida a entrada de novos escravos no Brasil e todos aqueles que



fossem capturados tornavam-se “africanos livres” em terras brasileiras. Na realidade a designação “africanos livres” não passava de um eufemismo para mascarar a escravização contínua de africanos após o acordo com a Inglaterra em 1831 e esconder aos olhos estrangeiros a prática ilegal do tráfico atlântico que tornava a lei mera “letra morta”.

No caso da Fábrica Ipanema, os primeiros africanos livres chegaram ali em 1834. Já em 1837, o Estabelecimento contava com 48 africanos livres, sendo trinta homens e dezoito mulheres. Em 1841, o contingente de escravos havia diminuído, porém, houve um significativo incremento de trabalhadores de outras categorias, como os africanos livres (104), degredados (42) e mais operários livres, totalizando 312 indivíduos no total (Rodrigues, 1998:35). Por volta de 1846, Ipanema mantinha em seu quadro de trabalhadores 240 africanos livres, sendo 196 homens, 23 mulheres e 21 crianças, além de 166 escravos, dos quais 71 eram homens, 59 mulheres e 36 crianças, o que totaliza 406 “pretos de todas as condições” que serviam aquele Estabelecimento (Rodrigues, 1998:38). Porém, em 1860, os números disponíveis mostram uma nítida queda no número de escravos e africanos livres no Estabelecimento, causado pelo encerramento das atividades da fábrica naquele ano e a dispersão dos operários de Ipanema que ficaram sob domínio de terceiros. A Tabela 1 mostra o contingente de escravos e africanos livres em Ipanema entre 1846 e 1860.

**Tabela 1**  
**Escravos e Africanos livres na Fábrica Ipanema**

	1846*		1860**	
	Escravos	Africanos livres	Escravos	Africanos livres
Homens	71	196	26	9
Mulheres	59	23	30	4
Crianças	36	21	11	0
Total	166	240	67	13

Fontes: \* Rodrigues, Jaime. Ferro, trabalho e conflito... P.38.

\*\* AESP, Fábrica de Ferro, CO 5216, cx.4, 1849-1870.

Um dado que chama a atenção na maioria dos documentos pesquisados é o arrolamento dos africanos livres ao lado dos escravos como mão-de-obra da fábrica. Alguns africanos estavam na companhia há bastante tempo, portanto, habituados à rotina de trabalho. Porém, outros africanos que foram incorporados aos quadros posteriormente, muito provável por via do tráfico interno, eram motivos de preocupação do diretor, pois segundo seu ponto de vista, os mesmos africanos comportavam-se mal e faziam muitas reivindicações.

A presença de escravos e africanos livres nos quadros de operários da Fábrica Ipanema demonstra os arranjos da companhia para dar vazão à produção de ferro. Evidentemente em

um contexto em que predominam as atividades agrícolas, Ipanema não contava com grande disponibilidade de trabalhadores livres, com exceção de técnicos contratados no exterior ou que foram formados entre os quadros da própria fábrica. Deveria contar, sobretudo, com seus escravos e africanos livres que desempenhavam as mais diversas funções, tanto especializadas como também aquelas referentes à produção agrícola necessária para a manutenção dos operários e da própria empresa.

Em momentos de baixa produtividade ou pequeno aporte de capital estatal, Ipanema foi alvo da cobiça dos agricultores que habitavam em seu entorno, que se aproveitando da situação precária da companhia tomavam para si os escravos pertencentes à empresa para serem utilizados nas plantações de cana e de café.

Não obstante sua longa trajetória empresarial, Ipanema manteve suas características de um empreendimento preso à lógica da economia escravista. A constante presença de cativos e africanos livres entre os trabalhadores da fábrica revela também sua dependência junto ao governo, uma vez que a introdução desse contingente - em especial, dos africanos livres após 1831 - era satisfeita pela distribuição dos africanos ilegalmente desembarcados no Brasil e que ficavam sob custódia do governo para, posteriormente, serem aproveitados nos estabelecimentos estatais.

Tal caráter da mão-de-obra da Fábrica Ipanema demonstra também que o empreendimento manteve ao longo de sua trajetória fortes características de uma pré-indústria, observáveis tanto em relação a composição de seu capital como também na relações de trabalho estabelecidas pela presença de escravos e africanos livres.

#### **4. A Fábrica São João de Ipanema e suas características históricas.**

Ao longo de sua trajetória histórica, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema passou por diversas fases, como foi exposto anteriormente. Desde seus primórdios, entretanto, este estabelecimento apresentou características que permitem aproximá-lo de uma forma de organização pré-industrial. Tais aspectos referem-se a uma gama de práticas produtivas que se assemelham bastante aos casos de fábricas e/ou manufaturas em vários locais da Europa até o século XVIII e mesmo dos Estados Unidos do século XIX. Quais características permitem apontar Ipanema como uma organização fabril pré-industrial?

Primeiramente, desde a sua formação ainda por volta do final do século XVIII, a fábrica teve que contar com uma estreita aproximação com as atividades agrícolas e

extrativas, que a mantinham funcionando por meio do fornecimento de alimentos para seus operários e de combustível para seus fornos e máquinas. A relação de proximidade com o campo também é uma marca sempre presente em estabelecimentos pré-industriais quando muitas vezes, a agricultura mantém “submersa” a atividade industrial. (Braudel, 1996:265).

Tal assertiva, parece corresponder em alguns momentos, ao desenvolvimento histórico da Fábrica Ipanema, como por exemplo, quando por volta de 1785, com a proibição das manufaturas no Brasil pelo Alvará de 5 de janeiro, as atividades da fábrica foram suspensas e sua área ocupada pelos pequenos engenhos de açúcar que praticamente mantiveram “submersa” a companhia.

Mesmo em momentos mais dinâmicos, as formas pré-industriais são bastante evidentes: a organização das atividades fabris em Ipanema estava estreitamente vinculada aos trabalhos do campo. A derrubada de matas e a aquisição de novas áreas de matas foi sempre uma questão constante dos relatórios dos diretores da fábrica. A ampliação da área para fornecer combustível aos fornos era uma tarefa essencial. A compra de terrenos vizinhos por parte do governo imperial era uma requisição constante do corpo administrativo de Ipanema, como se percebe, por exemplo, pelo relatório de 1872 (Relatório..., 1872). Ainda pelo mesmo relatório, observa-se que a organização produtiva de Ipanema subdividia-se em vários setores: os principais, eram as oficinas propriamente ditas que naquela época correspondia a uma oficina com dois altos fornos, uma oficina para moldar o ferro em areia que contava com uma “máquina de vento”, uma oficina de “moldação” em barro com estufa, uma oficina de refino, uma oficina de máquinas, uma oficina de modelação e uma carpintaria. Ou seja, tais oficinas integravam um complexo produtivo que servia de base para a produção do ferro. Além dessas oficinas principais, havia ainda uma olaria que naquele ano (1872) produzia apenas para os reparos na fábrica, cuja produção alcançou 300 milheiros de tijolos. Contava também com um forno para produzir cal (Relatório..., 1872:6-8).

Não somente nesses aspectos percebe-se a aproximação de Ipanema com uma pré-indústria. A questão dos transportes, por exemplo, sempre tão problemática para a companhia, acabou levando as administrações dos anos 1860 a incluírem nas atividades da fábrica, uma pequena fazenda de criação de gado, vacum e cavalares. Em 1872, tal fazenda era assim descrita por seu diretor: *“Esta Fábrica, além do serviço próprio de uma fábrica de ferro, tem tido a seu cargo uma pequena fazenda de criação, tendo-se em vista que esta produzisse gado suficiente para a remonta dos animais empregados no serviço de transporte”*. Havia na fazenda de criação naquele ano um total de 133 animais, sendo 65 gado vacum (bois para carros, novilhos, vacas, etc.) e 68 muares e cavalares (jumentos, cavalos, potrancos, éguas e

mulas) (Relatório..., 1872:6-8). Sendo a reprodução dos animais considerada muito baixa, devido a falta de pastos, e tendo em vista que os novos terrenos deveriam servir para alimentar a produção de ferro e não a criação de animais, o diretor propôs em seu relatório que se abandonasse as atividades da fazenda e que a fábrica passasse a alugar ou comprar somente os animais necessários em épocas de escoamento maior da produção de ferro. (Relatório..., 1872:6-8).

Entretanto, ao que parece, as reivindicações nesse sentido não foram atendidas pelo governo, pois ainda em 1886, o relatório da diretoria divulgava a presença de gado pertencente ao estabelecimento, embora em número bastante reduzido. Constavam naquele ano apenas 52 animais, sendo quatro bois, seis cavalos, 8 éguas, 4 potrilhos e 34 bestas. Tal redução, pode ser explicada pela menor necessidade de transportes, visto que os ramais férreos passaram a atender o transporte da produção da fábrica desde o início da década de 1880. (Relatório..., 1886).

Outra característica tipicamente pré-industrial presente em Ipanema era seu distanciamento das principais cidades que na época faziam parte da região. Pertencente ao termo de Sorocaba, a fábrica entretanto, estava distante da importante vila tropeirista, situando-se na realidade, às margens do rio Ipanema que lhe dava o nome (atualmente pertencente ao município de Iperó). Essa forma de localização, fora de áreas urbanas, conferia também uma das características pré-industriais da companhia. Reforçam tais argumentos as definições propostas por Müller & Oliveira quanto as formas de organização produtiva da fábrica:

*Na realidade, a Fábrica de Ferro de Villa de Sorocaba não era uma indústria propriamente dita, enquadrando-se na categoria conceitual (...) como pré-indústria. Um dos traços característicos da pré-indústria era a ausência de uma fronteira nítida entre a atividade agrícola e industrial. As fábricas, em geral, eram auto-suficientes e produziam as matérias-primas necessárias à realização de seus produtos. A autonomia dos diferentes setores produtivos, a estreiteza do mercado interno e o estágio embrionário das atividades bancárias constituem outras características dessa etapa da indústria. (Müller & Oliveira, 1990:1253).*

Assim, percebe-se claramente que Ipanema manteve desde seus primórdios até praticamente o encerramento de suas atividades, os traços de uma pré-indústria, produzindo suas próprias matérias-primas, alimentando-se de combustível proveniente das matas pertencentes aos terrenos da fábrica, produzindo ferro a partir de um complexo fabril que envolvia oficinas de diversos misteres que não apenas o produto final e alimentando seus operários livres e escravos com os gêneros de suas roças estabelecidas em terrenos cedidos

pela administração da companhia.

Deste modo, cabe então perguntar: qual foi afinal, a importância histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema? Sem dúvida, Ipanema encontrava-se no rol das muitas tentativas de “modernização” da economia brasileira, assim como outros estabelecimentos típicos dos séculos XVIII e XIX. A Fábrica de Ferro São João de Ipanema teve importância histórica fundamental, assim como também teve sua congênere Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro, além de outros estabelecimentos fabris localizados na capital do império. A relevância de Ipanema pode ser apreendida pela própria longevidade da companhia, não obstante, alguns períodos de interrupção de suas atividades. A manutenção de uma fábrica deste porte parece também se justificar por sua importância estratégica, dada a sua localização geográfica e seus artigos de ferro, pois é preciso observar que Ipanema desponta num momento histórico importante para o Brasil e para a economia mundial em meio a Revolução Industrial. Assim, por exemplo, desde a época do Morgado de Mateus, no final do século XVIII, percebia-se a importância da fabricação do metal para os objetivos de povoamento da capitania de São Paulo e sua defesa contra incursões dos súditos do rei da Espanha (Bellotto, 1979:212).

Já no período independente, a Fábrica Ipanema passou a ser considerada como uma das tentativas de “modernizar” a economia brasileira, a partir da produção de um artigo fundamental às nações de vanguarda naquela época: o ferro. É o que se depreende, por exemplo, do relato entusiasmado de Vergueiro quando afirma:

*O que recebemos em troca do sobejo da nossa agricultura são manufaturas. Logo, são estas o que se deve substituir no próprio país àquele sobejo. Não pertence aqui tratar de todas as manufaturas de que devemos ir lançando mão. Porém, é incontestável que a exploração e manufaturação do ferro tem, entre todas, o primeiro lugar em qualquer relação que se tome. Merecem, por isso, o primeiro cuidado do governo, e S. M. manifestou bem esta preferência ou, para melhor dizer esta necessidade, no esforço com que fez levantar a fábrica do Ipanema. (Vergueiro, 1979:48).*

Claro fica, portanto, que para Vergueiro o governo deveria empenhar todos os meios possíveis para fomentar o crescimento das manufaturas no Brasil e em especial, dedicar atenção redobrada à produção de ferro. Ipanema aparece sob este ponto de vista histórico como um esforço “modernizador”, constituindo assim, “*um caso típico de organização de um estabelecimento fabril pré-industrial onde uma fábrica moderna, equipada com energia hidráulica e alto-fornos, reunia em torno de si uma fazenda e várias oficinas especializadas*”. (Müller & Oliviera, 1990:1258). Entretanto, tal forma de organização fabril deveria contar

quase que exclusivamente, com o apoio estatal, caso contrário, estaria fadada ao fracasso. De modo contrário ao pensamento liberal predominante nas teorias econômicas do século XIX, os responsáveis pela administração da Fábrica Ipanema sempre insistiram que a efetiva participação do governo era essencial para o estabelecimento produzir frutos compensadores. Ao Estado por sua vez, restaria aguardar no longo prazo os benefícios de um investimento tão dispendioso para fazer o país integrar-se entre as economias mais desenvolvidas da época. Do mesmo modo, em suas reflexões finais sobre a Fábrica Ipanema, Vergueiro aponta o verdadeiro papel que o governo deveria ter nessa empreitada. (Vergueiro, 1979:48-9).

A importância estratégica da fábrica é sempre retomada por seus coetâneos para justificar os esforços e investimentos que o Estado deveria mobilizar no intento de melhorar as condições de produtividade da Fábrica. Apesar de interrompidas suas atividades por volta de 1860, as constantes hostilidades entre Brasil e Paraguai nesta época, levaram à retomada da produção e reestruturação da companhia. (Notícia sobre a criação... 1872:29)

Porém, as tentativas de retomada da produção fabril em Ipanema foram, ao que parece, quase sempre infrutíferas. Primeiramente, como apontaram Müller & Oliveira, a estrutura pré-industrial do país no início do século XIX não permitiu que o estabelecimento avançasse, apesar das inversões de capital e de uma moderna organização administrativa da companhia por meio de ações. O problema principal para esses autores seria os limites do mercado consumidor. O mercado interno pouco desenvolvido e as indecisões do governo em incentivar a produção e comprar armamentos da fábrica levaram a companhia a sofrer com a concorrência das fábricas e forjas localizadas em Minas Gerais e mais ainda, dos artigos importados, especialmente provenientes da Inglaterra, o que deu margem aos rumos erráticos que a fábrica apresentou ao longo de sua existência. (Müller & Oliveira, 1990:1259).

Por sua vez, uma questão que parece ser fundamental para os desvios de rota da Fábrica Ipanema refere-se na realidade, à infra-estrutura da economia brasileira no século XIX. Em especial, a carência de uma rede de transportes eficientes sempre foi uma reclamação constante dos relatórios apresentados pelos administradores da fábrica aos Ministérios aos quais estavam subordinados. A boa qualidade dos produtos realizados em Ipanema foi ressaltada por alguns de seus diretores, mas mesmo assim, a inserção no mercado era impraticável, pois o custo de transporte dos artigos tanto dentro como fora da província de São Paulo elevavam os preços a patamares sem precedentes. A instalação de um ramal férreo que atendesse ao transporte da produção de Ipanema colaborou para o incremento de sua produtividade. Entretanto, apesar dos avanços no sistema de transporte neste período, havia um problema ainda sem resolução: a cobrança de impostos. Os tributos sobre

mercadorias transportadas pelos trens cujas companhias, em geral, eram administradas por grupos de capital privado ou misto bloqueavam as tentativas de estabelecer uma maior eficiência quanto ao escoamento da produção da companhia Ipanema.

No caso específico da Estrada de Ferro Sorocabana, de cujo ramal se beneficiou em parte a Fábrica Ipanema, o capital era nacional, mas atrelado aos interesses de particulares, dificilmente se prestaria ao serviço de elevar a produção de ferro da companhia, reduzindo os custos de produção desta cobrando fretes mais convidativos (Szmrecsányi & Lapa, 2002:182). Tal problema fica claro quando se examina os relatórios da fábrica ao longo da década de 1880 (Lanna, 2005; Matos, 1990; Saes, 1981).

Desta forma, a trajetória da Fábrica de Ferro Ipanema mostra uma rica história de um estabelecimento fabril, constituído em moldes pré-industriais porém que podem ser considerados “modernos” para a época em que existiram, mas que dentro de uma estrutura econômica ainda pouco desenvolvida do ponto de vista do incentivo às atividades manufatureiras, oscilou entre períodos de arranque e estagnação. Neste sentido, a importância histórica de Ipanema pode ser encontrada quando se pensa o estabelecimento como tipicamente pré-industrial, ou seja, a presença de formas pré-industriais não significam correspondente crescimento industrial, muito menos qualquer processo de industrialização. Na realidade, como característica também típica de fases pré-industriais, o encerramento das atividades da fábrica em 1895, talvez tenha representado um movimento de “desindustrialização”, ou melhor dizendo, as diretrizes políticas republicanas, preocupadas com a defesa e incremento da produção cafeeira deixaram poucos espaços para empreendimentos industriais, exceto aqueles cujos produtos estavam estreitamente ligados ao setor cafeeiro.

### **Fontes manuscritas e impressas**

FÁBRICA DE FERRO DE S. JOÃO DE IPANEMA. Relatório apresentado ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. Antonio da Silva Prado pelo diretor Joaquim de Souza Mursa., 1886.

INFORME AO ADMINISTRADOR DE IPANEMA. AESP, Fábrica de Ferro, Ordem CO 5213, Caixa 1; 28 de março de 1828.

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas Joaquim Murinho. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1897.

NOTÍCIA SOBRE A CREAÇÃO DA FABRICA DE FERRO S. JOÃO DE IPANEMA, sua posição geographica, riquezas naturaes, etc. Escrita por Mariano Carlos de Souza Corrêa.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 13 de fevereiro de 1871. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Manuel Luís Osório. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1878.

RELATÓRIO DO DIRETOR DA FÁBRICA DE FERRO DE S. JOÃO DE IPANEMA apresentado ao Ministro da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872.

### Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Modelos da história e da historiografia imperial. *História da Vida Privada no Brasil*, v.2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo, Annablume. Fapesp, 2002

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, v. 2: *Os jogos das trocas*. Trad. Telma Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

DANIELI NETO, Mário. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema – 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, 1996.

GOLDIN, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative*



- history*. Chicago, Univ. of Chicago, 1976.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil 1870-1920. *Revista História Econômica & História de Empresas*, vol. VIII, n.1, jan.jun 2005.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. *História Econômica da Independência e do Império*. ABPHE, Fapesp, Hucitec, São Paulo, 1996.
- LOBO, Eulália L. História Empresarial. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4<sup>a</sup>. edição, Campinas (SP), Pontes, 1990.
- MÜLLER, Elisa & OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ypanema. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990.
- NOVAIS, Fernando. Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo, Cosac Nayf, 2005.
- OGILVIE, Sheilagh & CERMAN, Markus (edit.). *European proto-industrialization*. Cambridge University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. *A pré-indústria fluminense; 1808-1860*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.
- RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social: Revista da pós-graduação em História*, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.
- SAES, Flávio. *As ferrovias de São Paulo. 1870-1940*. São Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do Livro – MEC, 1981.
- SANTOS, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2009.
- SOARES, Luiz Carlos, A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. *V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu (MG), set. 2003.
- STAROBIN, R.S. *Industrial slavery in the old South*. New York, Oxford University Press, 1970.
- VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília, Senado Federal, 1979.